

MANUEL GUEDES

EL PASEO

MEMÓRIAS
DUM PRESO POLÍTICO
PORTUGUÊS,
NA CADEIA DE CÁCERES,
DURANTE A GUERRA CIVIL
DE ESPANHA

EL PASEO

Memórias de um preso político português, na Cadeia de Cáceres, durante a Guerra Civil de Espanha

MANUEL GUEDES¹

¹ MANUEL GUEDES - Nasceu em Lisboa, a 14 de Dezembro de 1909. Aos oito anos, sendo órfão de pai e de mãe, foi internado no Asilo Maria Pia onde permaneceu até aos dezassete anos, quando se alistou como voluntário na Armada. Ingressou no Partido Comunista Português em Agosto de 1931. Fez parte do núcleo de camaradas que procedeu à constituição da Organização Revolucionária da Armada (O.R.A.). Foi preso pela primeira vez, em Julho de 1933, sendo condenado no Tribunal Militar Especial, a dezoito meses de prisão que cumpriu ainda como marinheiro, sendo expulso da Armada, quando depois do cumprimento da pena, em Janeiro de 1935. Preso pela segunda vez em Abril de 1935, por duas vezes compareceu no Tribunal Militar Especial, sendo condenado em quatro anos em fins de 1935 e a mais um ano em Junho de 1936. Quando da segunda vez que o levaram a Tribunal conseguiu fugir. Foi então enviado pela Direcção do Partido, para que em Espanha realizasse determinadas tarefas. Mas preso, pouco depois de ter passado a fronteira, foi condenado em Julho de 1936, já em plena Guerra Civil, a 28 meses de prisão. Entregue às autoridades portuguesa, a então P.V.D.E., quando terminado o cumprimento da pena, em Novembro de 1938, permaneceu nas prisões portuguesas até Julho de 1940, quando, em virtude de uma amnistia decretada, foi posto em liberdade. Colaborou então activamente na reorganização do Partido de 1941 e em toda a actividade subsequente como funcionário do Partido até Maio de 1952, data em que foi preso pela quarta vez e condenado a 4 anos de prisão. Foi libertado em Março de 1965 depois de 13 anos de prisão, de que 9 foram de medidas de segurança. Tem 45 anos como membro do P. C. P, de que 20 foram passados nas prisões fascistas. Presentemente exerce a profissão de revisor tipográfico. (Nota da 1ª edição do Livro)

O leitor poderá perguntar porque não escrevi há mais tempo as palavras que se seguem, ao verificar como os acontecimentos relatados estão afastados no tempo quase quarenta anos.

É uma pergunta justa e merece uma explicação.

Em primeiro lugar, estas linhas não passariam na censura. Mas não foi esta a razão principal. Foi-o sim a necessidade de cumprir outras tarefas mais prioritárias e que solicitaram a minha atenção. Porém, sempre mantive a intenção de as escrever, só as circunstâncias o não favoreceram.

Chegado a Portugal em Novembro de 1938, só fui libertado em Junho de 1940. Entre estas duas datas, estive sempre no Forte de Caxias, onde não me era possível dar início a este trabalho. Além do perigo de o ver cair em poder dos carcereiros, numa dessas muitas buscas periódicas a que estávamos sujeitos, era solicitado por uma urgente e constante tarefa de esclarecimento e organização, dado o número elevado de presos e o momento histórico que então se vivia.

Tenha-se em conta que estava a acabar a Guerra Civil em Espanha e a passos largos se aproximava a Segunda Guerra Mundial. Esta situação trazia toda uma série de problemas a esclarecer na organização prisional dado o limitado nível político da maior parte dos presos. E isto agravado pela minha desactualização com a situação nacional da qual me encontrava afastado desde a minha ida para Espanha. E na prisão de Cáceres não tive qualquer possibilidade de ler jornais, proibidos logo após o levantamento militar-fascista. Só conhecia o que se passava pelo mundo através de relatos dos presos que iam entrando na cadeia.

Posto em liberdade em Junho de 1940, imediatamente se colocou a imensa tarefa de colaborar activamente na reorganização do Partido. Chamado ao quadro de funcionários e a trabalhos de muita importância e gravidade, não era possível roubar tempo para escritos desta natureza.

Preso em 1952 e nas condições vividas nas cadeias onde cumpri pena, com buscas constantes, não era viável, nem recomendável, passar ao papel o que agora escrevo. Libertado em 1965, outros factores impediram que desse início a este trabalho.

Mas chegou enfim o momento, e começo.

Muitas vezes, por saberem que estive em Espanha, durante a Guerra Civil, me têm perguntado se combati de armas nas mãos. Não, não me bati desse modo. A realidade não foi essa. Estive — estivemos o Pires Jorge e eu - na pior frente de combate, a Cadeia.

A prisão é uma frente de combate importantíssima e os revolucionários têm de saber vencer batalhas nessas fileiras, onde não se combate o inimigo com as armas tradicionais. Ali a luta é de outro tipo. O inimigo dispõe de todas as armas de fogo, de todos os instrumentos de agressão. O inimigo serve-se para atingir os seus fins de todos os meios, tanto da tortura física como da tortura moral. O inimigo utiliza as piores infâmias, os vexames mais vis. Nesta linha de combate, só dispomos da nossa força moral, da nossa firmeza de carácter, da vontade de nos mantermos iguais a nós próprios sem transigências nem vacilações. Neste combate, a menor fraqueza, o menor deslize pode ser fatal, pode conduzir à «morte» moral, mais odiosa que a morte física, pois transforma um homem honesto num bandalho, numa criatura desprezível. Quem pense que o fundamental da luta está «lá fora», que só interessa «sair», engana-se. Quando desperta, já não é ele, é um farrapo. A luta trava-se «dentro» e «fora», o inimigo combate-se em todas as frentes, e todas elas são decisivas e em todas a batalha se ganha ou perde. E se há frentes onde a luta seja mais difícil de conduzir, onde a vitória mais firmeza e força moral exija, essa é, certamente, aquela que se situa na cadeia.

Foi pois nesta frente que estivemos e não na outra, a das armas nas mãos, onde é possível ser-se condecorado e ganhar fama para o nosso nome. O feito pode ser um acto de audácia, por vezes pouco consciente. Mas na linha da cadeia não se cometem actos audaciosos, cada um cumpre o seu dever.

Quando nesta frente se morre com dignidade, em geral, os nomes não são recordados, diluem-se entre os muitos que cumpriram o seu dever. Felizmente, para a história dos movimentos progressistas da Humanidade, o número dos que cumprem a sua missão é muitíssimo maior; e o dos traidores, dos que fraquejam, muito, muito menor. Por isto são estes mais lembrados que os primeiros.

Este trabalho é, pois, destinado a glorificar, dentro das minhas modestas possibilidades, quantos cumprindo dignamente o seu papel histórico se mantiveram na massa dos anónimos, quantos não realizando actos de audácia, deram prova de verdadeira valentia e tanto mais verdadeira quanto não se destinava a ser «vista», a ser conhecida.

É este o objectivo deste caderno, não para glorificar os que saíram vivos do inferno que se descreve, mas sim para dignificar os mortos, aqueles que morreram mas ainda estão vivos em nós, aqueles que mais tarde, na vida, tomámos como exemplo, por quem lutámos para que o seu sacrifício não fosse vão e estéril.

Se as palavras que vão seguir-se corresponderem, por pouco que seja, a este objectivo, sentir-me-ei compensado.

A PRISÃO

Quando em Maio de 1936 me conduziram, pela terceira vez, ao Tribunal Militar Especial, em Santa Clara, na quarta e última audiência aproveitei uma oportunidade e fugi. Uns dias depois, a Direcção do Partido Comunista Português enviava-me a Espanha para desempenho de determinadas tarefas. Para me ajudar a passar clandestinamente a fronteira fora designado o camarada Pires Jorge, incumbido também de uma outra missão. Mas uma companhia que se destinava a ser breve prolongou-se por um ano em condições dramáticas, que são a razão deste trabalho.

Passada a fronteira, a pé, por altura de Galegos, fomos apanhar o comboio a Valência de Alcântara, já em território espanhol. Mas não tardou que aparecesse o revisor, acompanhado por um polícia que fazia o serviço de rotina em comboios vindos de Portugal, como era o caso. Apresentámos os bilhetes, mas pediram-nos os passaportes. E nós não os tínhamos. Fomos detidos e continuámos a viagem para Madrid, sob prisão. Porém, levávamos connosco duas pistolas, para nossa defesa, no caso de termos algum mau encontro na passagem da fronteira. Foram apreendidas. E são elas que irão complicar a nossa situação originando a formação do processo que prolonga a nossa detenção, transferência para Cáceres, envio a tribunal e respectiva condenação. E contudo, mais tarde, será essa condenação que impedirá o nosso fuzilamento.

Isto passava-se a 19 de Junho de 1936. Um mês depois iria deflagrar em Espanha o golpe militar-fascista contra o governo republicano de Frente Popular.

A nossa prisão, além dos nossos erros, deveu-se à intensa vigilância que o governo espanhol exercia nas fronteiras, particularmente com a de Portugal, a fim de reprimir e evitar a fuga de divisas estrangeiras e outros bens que os capitalistas reaccionários levavam a cabo, bem como o contrabando de armas que o governo fascista português promovia e facilitava para apoiar o golpe militar que estava na «forja». O facto de desconhecermos esta situação, a falta de precauções, alguns erros indesculpáveis, como o termos utilizado em Espanha o comboio internacional, e logo em Valência de Alcântara, ou não nos termos desembaraçado das armas, quando vimos que iríamos ser detidos, foram causas directas da nossa prisão. Houve, pois, uma deficiente apreciação do momento histórico que então se vivia em Espanha. Pensámos que a existência de um governo de Frente Popular era o bastante para nos garantir uma entrada livre sem documentos, quando disséssemos ser refugiados políticos que, como tal, pretendiam estabelecer-se em Espanha.

Uma vez chegados a Madrid, conduziram-nos para o quartel da *Seguridad*. Ali nos meteram na prisão, ali tivemos possibilidade de contactar com alguns grevistas espanhóis que em breve sairiam em liberdade. Aproveitámos essa oportunidade para comunicar ao Socorro Vermelho Internacional e ao Partido Comunista Espanhol a nossa situação. Porque levávamos credenciais para contactos a estabelecer e já nos esperavam.

Pelo que mais tarde soubemos, a nossa diligência teve êxito e, assim, horas depois de termos chegado a Madrid, a nossa situação era conhecida. Porém, nada puderam fazer para impedir que a «máquina» repressiva se pusesse em movimento e tanto mais que as suas «engrenagens» se mantinham, por não terem sido «saneadas».

Horas depois de darmos entrada na *Seguridad*, fomos ouvidos no Tribunal por um juiz de instrução que era fascista. Levantou-nos um processo por porte ilegal de arma e entrada em Espanha sem documentação. E logo a seguir fomos conduzidos para a *Carcel Modelo*, cadeia penitenciária de Madrid — a equivalente da Penitenciária de Lisboa e até semelhante no aspecto arquitectónico — onde ficámos incomunicáveis, esperando transferência para a cidade de Cáceres, capital da província onde nos fora dada ordem de prisão.

E a partir daqui começou a nossa «longa caminhada» que, não fora uma série de circunstâncias favoráveis, terminaria com o nosso fuzilamento, em «*el paseo*» como diziam os falangistas. Mas ainda que não tivesse como conclusão a nossa morte, não deixou de constituir uma das mais dramáticas situações em que nos vimos na nossa longa carreira de activistas revolucionários do Partido.

É, pois, a «História» que vos quero contar, não para exaltar os nossos feitos ou as nossas qualidades e méritos, mas para patentear a têmpera dos homens revolucionários espanhóis e de quantos nesses anos foram ganhos para a Revolução, para a luta contra o fascismo. Mas não só. Também este trabalho serve para pôr a nu a natureza feroz dos fascistas, quanto tem de retrógrada a sua acção. O que foi a sanha assassina dos falangistas espanhóis podem vê-lo agora pelo que se passa no Chile aqueles que nasceram nestas últimas décadas.

Que este relato dos factos então passados possa ainda, de alguma forma, servir para fortalecer a decisão de luta de todos os antifascistas, fortalecer a sua determinação de lutar e conduzir às últimas consequências o processo histórico que vivemos. É este o meu desejo relatando factos que, embora ocorridos há tantos anos, são ainda actuais nas condições do nosso combate.

A TRANSFERÊNCIA

Transferidos da *Carcel Modelo* de Madrid para a Cadeia Provincial de Cáceres, de comboio e sob escolta da guarda civil, logo nos demos conta do clima social que então se vivia em Espanha. A guarda civil, como força de repressão mais odiada pelo povo espanhol, particularmente pelos camponeses, era alvo de manifestações hostis. Os olhares que os passageiros do comboio lhes lançavam, especialmente quando se davam conta de que não éramos criminosos mas detidos políticos, a ninguém enganava. Eram bem patentes o ódio e o desprezo. Os camponeses que trabalhavam nos campos e à passagem do comboio viam os tricórnios² dos guardas civis logo faziam com a mão um gesto que bem indicava a sua vontade de lhes cortar a cabeça.

Vivia-se em Espanha um ambiente de guerra civil tão evidente que a ninguém iludia. E os acontecimentos em breve a confirmariam. A guerra eclodiu com uma violência inacreditável. À fúria assassina dos criminosos falangistas, responderam as forças republicanas e antifascistas com a justiça das massas. Sentimos bem essa situação na viagem de Madrid a Cáceres, feita à luz do dia e com escolta da guarda civil.

A nossa transferência de Madrid para Cáceres deveu-se ao facto de o processo ter sido organizado como tendo nós sido presos na província de Cáceres, embora tivéssemos continuado a viagem até Madrid. Assim, o nosso processo seguiu para Cáceres para ali ser julgado. Não foi por acaso que o fizeram. O juiz fascista sabia que em Madrid teríamos grandes probabilidades de obter a absolvição ou, quando muito, uma pequena pena simbólica. Porém, num tribunal de província, como em Cáceres, centro reaccionário onde predominavam os latifundiários absentistas, era quase certo que a pena não seria leve. Havia ainda uma hipótese de evitar o julgamento e a prisão: era pedirmos a libertação alegando não termos sido submetidos a julgamento no prazo de trinta dias após a nossa prisão, como estipulava a lei. Assim se procedeu, mas nada daí resultou. Três ou quatro dias depois do levantamento fomos levados a julgamento e condenados no máximo da pena prevista pela lei para casos como o nosso: vinte e oito meses e um dia.

2 Chapéu dos guardas civis. Dão-lhe esse nome pela sua forma triangular.

Como adiante se verá, esta pressa em nos julgarem e condenarem salvou-nos a vida, impediu de sermos postos em «liberdade» para que os falangistas, nos primeiros tempos, nos levassem a «*el paseo*» e nos atirassem, assassinados, para uma ribanceira à beira da estrada. Assim, este julgamento apressado e respectiva condenação, em vez de ser um mal foi um bem, e os falangistas bem se arrependeram depois por serem tão apressados.

Chegados a Cáceres, meteram-nos na Cadeia Provincial onde encontrámos, juntos com presos de delito comum, alguns detidos por crime social e político. Ali fomos encontrar muitos camponeses culpados por terem tomado posse de terras, em face do atraso da publicação da reforma agrária prometida havia muito. Tal como agora, os grandes agrários procuravam sabotar a jovem república espanhola, preferiam fugir para o estrangeiro com os capitais em vez de os utilizar no amanho das terras, dando trabalho aos camponeses e resolvendo o problema económico da nação.

Mas também fomos encontrar os dirigentes provinciais da Falange Espanhola, fascistas de pura gema, presos por conspiração contra a República, por actos de sabotagem, por incitamento à desordem, por contrabando de armas.

E, dada a absoluta incompatibilidade entre nós e os fascistas, não tardaram em surgir conflitos mais ou menos graves. O nosso trabalho de esclarecimento dos camponeses, o nosso desmascaramento dos métodos demagógicos fascistas dos falangistas, em breve os conduziu ao isolamento. Na véspera do movimento militar-fascista, os presos da prisão de Cáceres estavam divididos; de um lado os camponeses e outros antifascistas; de outro, os falangistas a que se juntavam alguns presos de delito comum, bajuladores e subservientes para quem tivesse dinheiro. Não é pois de estranhar o encarniçamento dos falangistas, quando já em liberdade, contra os presos políticos que ficaram na cadeia, bem como os seus esforços para levar a «*paseo*» os presos mais conscientes e activos, entre os quais nos encontrávamos.

O GOLPE FASCISTA

Na madrugada de 19 de Julho de 1936, os generais fascistas — alguns diziam-se republicanos — desencadearam o levantamento militar, planeado em Portugal, de convivência com Salazar, e deram início à Guerra Civil que iria prolongar-se por três anos e originaria cerca de um milhão de mortos. Foi um verdadeiro banho de sangue, um prenúncio do que viria a ser o «reinado» fascista por todo o mundo.

Em Cáceres, os militares fascistas deram o seu golpe às 10 horas da manhã desse fatídico dia 19, depois de, momentos antes, terem dado a sua palavra de honra ao governador da Província de que se manteriam fiéis ao governo de Madrid. Tomaram de surpresa o palácio do Governo e prenderam o governador e todas as pessoas importantes que lá se encontravam; o *Ayuntamiento*, prendendo o *alcaide* e os *concejales*; a Casa do Povo³, detendo todos os militantes que por lá estavam, fossem ou não dirigentes; a Cadeia, pondo em liberdade os dirigentes fascistas e outros, levando também alguns presos comuns que lhes haviam feito o frete; ocuparam os pontos estratégicos da cidade e seus acessos; começaram a prender homens políticos mais destacados da esquerda; organizaram destacamentos armados constituídos por militares, guardas civis e falangistas que, deslocando-se em camionetas, percorriam as localidades da Província prendendo e matando os republicanos antifascistas, destituindo as autoridades da República eleitas democraticamente e substituindo-as por notórios reaccionários e fascistas.

3 Edifício onde se encontravam as sedes dos sindicatos existentes na província. Ali estava instalada a direcção de uma espécie do União Sindical Provincial.

Assim, todos os antifascistas que desempenhavam cargos oficiais no governo republicano de Frente Popular foram presos, destituídos dos seus cargos públicos, salvo aqueles que conseguiram passar para a zona controlada pelo governo legal da República.

Muitos foram apanhados desprevenidos por não terem avaliado correctamente o que estava a passar-se, por não acreditarem no carácter fascista da reacção e dos seus ferozes métodos de repressão que não tardaram em surgir com toda a sua crueldade. Logo se deram puros assassinatos que não eram resultado de uma resistência activa por parte dos antifascistas que não lhes fizeram frente.

Um aspecto negativo, chegado ao nosso conhecimento, deve ser salientado. Só por verdadeiro acaso não foram presos os militantes mais destacados do Partido Comunista Espanhol, da província de Cáceres. Apesar de quanto já se sabia, na manhã de 19 de Julho, domingo, dera-se início ao Congresso Provincial. Muito se teria evitado e muitas vidas se poupariam se o P.C.E. em vez de ter iniciado o Congresso, enviasse imediatamente os seus militantes para as localidades respectivas com instruções concretas de actuação rápida, aquela que a situação exigia. O governo de Madrid não armara o povo da capital? Não fizera um apelo geral para a distribuição de armas e rearmamento da população? Não apelara o Governo para a resistência do povo nas províncias onde os fascistas se tinham apoderado do governo provincial? As notícias eram bastante claras quanto à gravidade do momento que se vivia e impunha uma activa vigilância da parte dos antifascistas.

Contudo, em vez das justas medidas a tomar, o Congresso Provincial da organização do P.C. desta província deu início aos seus trabalhos que tiveram de ser suspensos precipitadamente, pois grande era o risco dos seus militantes serem apanhados na «toca». Os membros do Congresso foram aconselhados a regressar imediatamente às suas localidades, mas sem indicações muito precisas quanto às tarefas que imediatamente deveriam ser levadas à prática. Mas muitos não conseguiram regressar às suas casas, quer porque as vias de comunicação tivessem sido cortadas, quer por as forças fascistas terem já tomado as suas localidades. Outros, pelo caminho, foram presos e não lhes foi possível o contacto com as suas organizações. Não temos dúvidas de que muito se teria passado de maneira diferente e de modo mais favorável para a luta do povo na sua resistência às forças militares-fascistas, se o Congresso não se iniciasse e os membros do Partido Comunista, enviados para as suas localidades, tivessem uma visão justa dos acontecimentos e das tarefas que os acontecimentos exigiam.

Mas a História faz-se com o que se realiza e não com o que se devia realizar. Faz-se com realidades e não com desejos. As aspirações não cumpridas ficam para assinalar o ponto de onde nos afastámos do caminho que deveríamos trilhar. Assinalam o início de um caminho errado que não devia ser percorrido. Representam uma realidade que não mais deve ser seguida, a experiência que não resultou. Ai daquele que não tem em conta o que lhe diz a experiência do que foi vivido. «A experiência vivida», como disse alguém.

NA CADEIA

A cadeia foi tomada pelas 11 horas da manhã do dia 19 por um grupo de militares e falangistas. Mantiveram a mesma força da guarda civil que guardava a cadeia bem como o director.

Os guardas mandaram os presos recolher às salas e chamaram pelos falangistas e alguns presos comuns seus lacaios. Mandaram-nos preparar as coisas para sair o que aconteceu logo de seguida.

Por volta do meio-dia começaram a dar entrada os primeiros presos. Em breves dias a prisão ficou superlotada. E estando destinada a receber cerca de cento e cinquenta presos chegou a albergar mais de mil, dois meses depois do levantamento dos militares fascistas. Como estavam já a construir nova cadeia em Cáceres e esta se encontrava em avançada fase de construção, começaram a utilizá-la mesmo sem janelas, rebocos, etc. Medida que só momentaneamente melhorou a situação da cadeia «velha» onde me encontrava e sempre permaneci, pois em breve se encontrava novamente superlotada.

Pelos presos que diariamente iam dando entrada tínhamos conhecimento da situação que se vivia, uma vez que nos tinham privado de receber qualquer tipo de jornal e mesmo as visitas dos familiares mais íntimos. Esta situação iria manter-se durante todo o tempo que permaneci naquela cadeia e que se alongou por dois anos e meio. Esta restrição só era alterada, de longe em longe, por alguma visita munida de autorização expressa do governador militar da Província. Contudo, era-nos permitido receber correspondência, roupa lavada — entregávamos a suja — comida e um ou outro livro.

O que íamos sabendo pelos companheiros que diariamente entravam e vinham de todos os pontos da Província, causava-nos profunda preocupação e alarme, pois nenhuma garantia nos dava de que as nossas vidas fossem preservadas. O que depois veio a dar-se provou e até ultrapassou em muito os nossos receios. Mas noutra capítulo falaremos deste problema.

ALOJAMENTO E ESPAÇO

Como já se disse, a Cadeia estava calculada para cento e cinquenta presos, o máximo, em tempo normal. Cálculo que já ultrapassava em muito a capacidade real das instalações existentes.

Em tempos, o edifício fora um convento, tendo-se destinado a cadeia a parte de baixo e os dois pisos superiores a Tribunal, instalações burocráticas e secção das mulheres. As dependências destinadas aos homens eram constituídas por duas amplas salas abobadadas, com pilares, uma mais pequena com quatro celas anexas e um pátio interior, ladeado pelas duas salas grandes e pela mais pequena. Do outro lado do pátio estava a porta de entrada, átrio, sala de visitas e escadas para a parte superior. Tudo isto no piso térreo. No primeiro e segundo andares ficavam a secção das mulheres, o tribunal, uns quatro compartimentos onde estavam instalados os serviços administrativos da cadeia, o gabinete do director e ainda uma ampla dependência a que chamavam sala de aula, onde aos domingos se celebrava missa.

O pátio de que falámos era lageado, constituía a cobertura de uma cisterna para recolha de águas das chuvas que, no entanto, não eram utilizadas, uma vez existir água canalizada.

As instalações sanitárias eram deficientíssimas. Na parte destinada aos homens, havia um urinol para cada sala e três sanitas sem tabiques a separá-las. As sanitas eram térreas e tinham de ser utilizadas de cócoras. Quanto a água havia um autoclismo para limpeza das sanitas e uma única torneira em cada retrete. Havia outra torneira no pátio. Não havia, pois, quaisquer instalações para banho ou lavagens. A cara e as mãos eram lavadas com água a correr para o chão. A secção das mulheres não estava melhor servida. Havia uma retrete igual à dos homens, com uma diferença, só tinha uma sanita.

Em tempos normais não eram fornecidas camas aos presos. Eram entregues um enxergão e duas mantas. Durante o dia o enxergão estava enrolado e ficava encostado à parede, à noite, o preso estendia-o no chão, em qualquer sítio, para se deitar. Como não existiam bancos onde nos sentássemos, nem mesas onde comer ou escrever, o enxergão enrolado servia de banco e os joelhos de mesa. Isto quando não comíamos de pé, com o prato na mão, ou nos sentávamos no chão imundo, o que alguns faziam com frequência.

Em tempo normal, consentia-se que o preso mandasse vir de casa um divã e roupas de cama, consentimento que os mais endinheirados ou que viviam na cidade utilizavam. Os camponeses e a gente pobre não podiam beneficiar dessa concessão, como era natural.

Ao preso era ainda fornecido um prato e uma colher.

Mas tudo isto foi alterado com a Guerra Civil. Com a avalanche de presos esgotaram-se as reservas de enxergões, mantas, pratos e colheres. A Cadeia deixou de fornecer estes apetrechos e cada um lá se arranjava como podia. Quem entrava na prisão tinha de dormir uns dias no chão, sem enxerga, sem mantas, pedir emprestado o prato e a colher a outro preso, enquanto a família não o ajudava.

O problema do prato e da colher era de fácil solução, não só porque a cantina vendia pratos e colheres, como se podia esperar que um companheiro acabasse de comer para nos emprestar o seu prato e a sua colher. Mas já não acontecia o mesmo com a enxerga e as mantas. E este problema foi-se agravando sempre à medida que o número de presos ia aumentando. Porque, embora a entrada de enxergões nunca fosse proibida, acabou por faltar o espaço, e o chão estava já completamente coberto pelas enxergas. Já não era possível dormir-se isoladamente, todo o chão das salas era uma cama. Tínhamos de dormir encostados uns aos outros, separados apenas pelas mantas em que nos enrolávamos. A promiscuidade era completa.

Começou, evidentemente, a desenvolver-se e a funcionar o espírito de solidariedade e de organização. Melhor ou pior, os problemas iam sendo resolvidos por nós próprios. Aos carcereiros nada interessava. Metiam o preso na sala e ele que se desenrascasse.

Os divãs deixaram de poder entrar e os que tinham entrado, saíram, por falta de espaço. Eram permitidas as entradas de roupa de cama: lençóis, cobertores ou mesmo colchões. E quem o podia fazer dispensava ou dava ao amigo, conhecido ou mesmo ao desconhecido que entrasse os objectos que recebera da Cadeia. Quem recebia restituía logo que sua família lhe enviava o necessário. Como a entrada de presos era constante e muitas as carências, quanto entrava era benvindo. E não devemos esquecer que a província de Cáceres, onde predominava a grande propriedade agrária e o latifúndio, tinha um dos campesinatos mais pobres de Espanha.

Os fuzilamentos que não tardaram em começar foram resolvendo problemas de espaço e de carências. Quem morria já não necessitava de enxergões, colchões, lençóis, que eram um luxo. Os que ficavam «herdavam» esses bens para, por sua vez, os «legarem» a companheiros que tinham entrado depois e se viam na situação que antes eles tinham vivido. E a «nora» com os seus «alcatruzes» manteve-se em movimento até à minha saída daquela cadeia e, pelo que sei, assim continuou ainda por muito tempo, mesmo depois do final da Guerra Civil.

O espaço passou a ser uma questão vital. O ditado português «apertado como sardinhas em lata» tinha ali, ao deitar, um sentido verdadeiramente real. Por falta de espaço, muitos dormíamos sentados em qualquer nesga que conseguíssemos encontrar. Até na retrete se dormia, apesar do chão estar constantemente com urina, devido ao uso constante de dia e de noite. Quem ali dormia espalhava alguma palha na parte mais defendida e ali ficava sujeito a todos os incómodos de quem se tinha de servir das sanitas.

As salas maiores, que antes eram destinadas a 50 presos, e já apertados, chegaram a atingir números entre 400 e 500 pessoas, que tinham de se deitar para dormir!

As salas, como já se disse, davam para um pátio interior, que era simultaneamente a cobertura de uma cisterna. Os presos, durante o dia, logo após a alvorada, podiam sair para esse pátio e apanhar ar e sol, fugindo assim ao cheiro que empestava o ambiente depois de uma noite em salas onde se amontoavam tantos corpos. Felizmente, podíamos utilizar o pátio durante todo o dia, pois as portas das salas só se fechavam à noite, à hora do recolher.

Quando o excesso de presos se tornou um problema grave, os carcereiros consentiram que se dormisse no pátio, embora não houvesse a possibilidade de acesso às retretes, uma vez que as portas das salas se fechavam durante a noite. Mas muitos preferiam assim, pois-se aliviava a superlotação e se fugia ao calor, aos maus cheiros e à poeira da palha que se levantava com o estender dos enxergões e colchões.

Enquanto decorreu o Verão, com tempo quente e seco, as coisas foram-se mantendo, embora gradualmente se agravassem, pois o número dos que saíam para serem fuzilados ou transferidos era menor, comparado com o dos que entravam. Porém, com o mês de Setembro, as chuvas e o frio, a situação tornou-se insuportável. Muitos tiveram mesmo de passar as noites no pátio com todas as inclemências do tempo. Ia já bem adiantado o Inverno quando se conseguiu uma pequena melhoria com a transferência das mulheres para a «cadeia nova», o que permitiu mais espaço para os presos. E tendo sido nós, o Pires Jorge e eu, abrangidos nessa mudança de sala, isso representou como que a saída do inferno para o céu. Embora mais isolados do conjunto dos presos, a nossa situação higiénica melhorou sensivelmente, e as provocações que nos eram feitas, por estarmos mais isolados, diminuíram também.

Quem ler estas linhas pode pensar que exagero. Não, não exagero. Pecam, sim, mas por insuficiência em saber passar ao papel toda a realidade do drama que os presos da cadeia de Cáceres viveram no primeiro Inverno da Guerra Civil (1936-1937). Nos Invernos seguintes, a situação quanto a espaço melhorou e o número de presos que chegou a passar de um milhar, baixou então para cifras entre quinhentos e seiscentos. Não porque a repressão abrandasse, mas por ter entrado em plena actividade a Cadeia Nova que, apesar de muitas limitações, já encerrava, na altura em que fui entregue às autoridades portuguesas, um número de presos superior a dois mil.

CONDIÇÕES DE HIGIENE

A higiene nos meios rurais de Cáceres era realmente bem deficiente. Não fizemos quaisquer inquéritos, como é evidente, mas podemos garantir, sem receio de errar, que mais de 90 por cento dos camponeses que passaram pela cadeia nunca em sua vida tinham tomado banho. Limitavam-se a lavar o corpo por partes, uma vez por outra. Mesmo em relação aos cidadãos, que beneficiavam de melhores condições de higiene, não se verificavam hábitos de limpeza. Esta falta regular de banho e as péssimas condições existentes na cadeia tornavam a prisão bem mais difícil.

Na Cadeia, não havia uma casa de banho, nem sequer para serviço dos guardas. Não se encontrava por lá banheira ou chuveiro, onde fosse possível tomar banho. Não havia lavatórios para a cara ou para as mãos. Existiam apenas para todo o serviço dos presos cinco torneiras em toda a cadeia. Cinco torneiras para mais de mil presos! Nelas se lavavam as mãos, a cara, os pratos, as colheres, a roupa... Assim, quem sentia necessidade de lavar qualquer parte do corpo servia-se dos baldes da cadeia ou de alguidares de esmalte, comprados ou pedidos às famílias. Mas banho ninguém o tomava, fosse Verão ou Inverno.

Que ninguém tomava banho não é inteiramente verdade. Duas pessoas havia que o faziam todas as semanas, fosse qual fosse o tempo: o Pires Jorge e eu, «*los portugueses*», como éramos conhecidos. Escolhíamos o dia e a hora mais propícios, despíamo-nos na retrete, despejávamos baldes de água pela cabeça abaixo, ensaboavamo-nos, voltávamos a despejar água e pronto! Mas não pensem que isto era simples. Desde a escolha do momento mais favorável até certas reacções de muitos que se melindravam ao entrarem na retrete e darem de cara com dois «tipos» nus a atirarem água um ao outro, tudo eram dificuldades e problemas a levar de vencida.

Um caso característico do que se passou certo dia ilustra o que digo:

Quando estávamos já na secção que fora das mulheres nós tomávamos banho ao ar livre num saguão onde existia o tanque em que lavávamos a roupa e a única torneira de água dessa secção.

Dominava o saguão um terraço que servia de telhado a um edifício e onde fora colocada uma sentinela. Na altura deste acontecimento a guarda à Cadeia era feita por uma força de mouros.

Um dia bastante frio, quando estávamos a tomar banho, ouvimos uma algazarra vinda de cima. Olhamos e vimos que a sentinela moura estava muito encolerizada e nos apontava a espingarda. Ficámos certos que se não nos retirássemos tão rapidamente o tipo nos teria alvejado, tal era o estado da sua irritação.

Além da impressão causada por nos ver tomar banho com tal temperatura ao ar livre sentia-se ofendido por nós estarmos nus.

E no Inverno? Quando fazia um frio de rachar? Quem fazia crer a quantos andavam embrulhados em cobertores e tudo o mais que servisse para aquecer que nós não íamos morrer com um colapso cardíaco, quando nos viam nus, a deitar água gelada pela cabeça e pelo corpo? O que fazíamos era para eles o cúmulo da insensatez, qualquer coisa como exibição de faquires que espetam pregos pelo corpo. Apesar de tudo, alguns companheiros foram-nos seguindo o exemplo. Porém, se um maior número quisesse adoptar os nossos hábitos de higiene, não seria com quatro retretes que muito raramente estavam livres e disponíveis que isso seria possível.

HIGIENE DO VESTUÁRIO

Quanto à limpeza da roupa a situação não era melhor. Uma parte dos presos mandavam as suas roupas às famílias para que as lavassem, particularmente aqueles que antes viviam na cidade ou cujas famílias vinham à cidade com frequência. Os outros presos lavavam a roupa em dois tanques que para esse efeito existiam, um no pátio, outro no saguão da secção que anteriormente fora ocupada pelas mulheres. A roupa era estendida em arames colocados de modo a não prejudicar muito a utilização do pátio e do saguão.

Como é compreensível, já pela falta de condições da cadeia, já por falta de roupa para mudar — muitos presos só tinham o vestuário que traziam no corpo —, já por não haver sabão ou dinheiro para o comprar, já por falta de hábito e jeito para as lavar, a grande maioria dos presos andava meses com a mesma roupa no corpo. Mesmo os que mandavam a roupa para ser lavada em casa não se vestiam de lavado regularmente e com frequência. Para mais não era viável o uso de lençóis e não sendo possível lavarem-se as mantas, a roupa sujava-se muito rapidamente. Enfim, os piolhos proliferavam, «devoravam-nos» e não havia quem escapasse àquela praga. Tudo o que podíamos fazer em nossa defesa era catarmo-nos durante a manhã quando nos levantávamos, para que durante o dia tivéssemos a roupa livre daqueles «bichinhos» com que nos «distraíamos» uma hora ou mais diariamente. Havia, contudo, os «pacifistas» que não lhes davam guerra e os deixavam viver livremente.

Se não fazíamos regularmente a limpeza das salas, se não lavávamos a roupa e o corpo, se não os catávamos regularmente, favorecíamos o campo de «pastagem» dos piolhos.

Mas tudo isto já não nos incomodava muito. Tínhamos preocupações bem mais graves, como a de saber quantos dias de vida ainda nos restaria para viver naquele inferno. Todos nós, uns mais, outros menos, demonstrávamos a mesma obsessão: a de saber que de um momento para o outro nos viriam chamar para irmos «*al paseo*».

Os chinchês constituíam outra praga, mais uma consequência do péssimo nível higiénico em que vivíamos. Não nos davam repouso, embora o seu ataque se verificasse mais especialmente no Verão e pela calada da noite. Mas também durante o dia, pois o sol que não entrava nas salas as tornava muito sombrias, mesmo escuras, nalguns recantos.

Como se sabe, os percevejos não estabelecem «residência» no corpo das pessoas, como o piolho. Procuram as paredes e os móveis, principalmente os de madeira, para aí se fixarem e instalarem os seus quartéis de ataque. Na nossa sala, onde não existiam móveis, concentravam-se nas paredes velhas, entre o muro e o reboco. Desciam pelas paredes ao cair das noites quentes como exércitos de infantaria que se lançam ao ataque em formações cerradas. Tudo o que podíamos fazer era bater em retirada. Era uma noite sem pregar olho, tanto mais que não podíamos acender a luz o que momentaneamente os fazia recuar. De manhã, fazíamos uma «batida». Descascávamos mais as paredes para descobrir as suas «tocas» e exterminá-los. Mas era «sol de pouca dura», porque em breve se criavam novas legiões nos buracos que fazíamos para os caçar, e novamente eles desciam em cargas furiosas dispostos a vingar os seus mortos.

Este combate era constante logo que chegavam os primeiros calores. Contra os piolhos era batalha de todos os dias, de todas as horas, tanto de manhã como à noite, contra os chinchês era pelo tempo quente e mais de noite que de dia. E contra estes dois inimigos usávamos as armas dos nossos avós. Não tínhamos insecticida que nos valesse.

Tudo isto eram aspectos de uma luta total pela sobrevivência a que os fascistas nos forçavam e que conduziam contra o progresso e todos aqueles que lhe davam impulso. Uma luta pela sobrevivência para que aqueles que se encontravam na cadeia pudessem sair e dar mais tarde contributo mais activo ao combate contra o falangismo.

No nosso caso particular, queríamos sair em condições físicas e morais para dar o nosso esforço à luta do nosso povo no derrubamento do fascismo salazarista. O futuro demonstrou que os nossos objectivos não foram gorados. Saímos moralmente fortalecidos com essa experiência, experiência que de algum modo serviu a luta do nosso Partido e a luta do nosso Povo.

Antes de começar a Guerra Civil, a comida na Cadeia de Cáceres sem ser boa, era aceitável. De manhã, forneciam um pouco de café com leite e uma pequena carcaça, o almoço era *el cocido*, ou seja, carne cozida com grão, batatas, hortaliça, etc. Ao caldo que se retirava, juntavam-lhe massa que se servia separadamente. Ao jantar davam-nos um guisado de carne com batatas, feijão com chouriço, etc. Distribuía-se ainda um pão normal de meio quilo para todo o dia.

Poucos dias após o golpe militar-fascista, a situação alimentar começou a piorar gradualmente na medida em que a Guerra Civil se ia prolongando, e chegou a ser tão má e em tão pequena quantidade que mal chegava para que uma pessoa se mantivesse viva. Não fora o auxílio dos familiares e a situação transformar-se-ia numa verdadeira tragédia.

A carcaça que forneciam pela manhã desapareceu logo nos primeiros dias da guerra; o caldo com massa, também. Na comida, tudo se sumia excepto a água. A carne foi minguando até se reduzir a uns pedacitos de toucinho a boiar nos caldeiros cheios de caldo, com pouco grão, sem hortaliça, apenas com alguns bocadinhos da batata a engrossar. O jantar praticamente deixou de existir, e em sua substituição apareceu uma espécie de guisado de lentilhas sem mais nada; umas lentilhas de péssima qualidade, todas furadas pelo gorgulho, que só lhes deixava as cascas. Em resumo, ninguém ia levantar o «jantar», nem mesmo aqueles que andavam sempre a «morrer» de fome. Se acontecia por acaso, mas muito por acaso, fornecerem lentilhas sem gorgulho, então íamos lavá-las em água corrente, para depois as comermos temperadas com azeite e vinagre e um pouco de cebola. Faziam-no aqueles que eram tão «ricos» que possuíam estes condimentos.

Meses antes de ser transferido da Cadeia de Cáceres para ser entregue às autoridades portuguesas, no posto fronteiriço da P.V.D.E., deixaram de fornecer as já célebres lentilhas substituindo-as por carapaus de conserva em azeite, enlatados em embalagens de cinco quilos. Cada lata era destinada a certo número de presos. Cabia, em geral, a cada um, dois a três carapaus de tamanho médio. De início, ainda aparecia uma ou outra lata em condições, em breve isso deixou de acontecer. As latas vinham podres, o que facilmente se verificava por estarem opadas.

Assim, nem nos dávamos ao incómodo de as abrir para não empestar o ar. Era uma forma de os comerciantes venderem as latas rejeitadas pelo exército. Os dirigentes da cadeia e os intermediários ganhavam uns *duros* e «forneciam» de jantar aos presos.

O que aconteceu com as lentilhas e os carapaus, dava-se com outros alimentos. Era uma forma prática de «consumir» géneros estragados fingindo alimentar os presos. A guerra provocou a falta de certos alimentos, o açambarcamento de outros, que se vendiam no «mercado negro», e a deterioração de muitos. Os presos eram uns bons clientes de géneros estragados. Não podiam protestar. Se o fizessem o pelotão de fuzilamento resolveria o assunto com extrema simplicidade.

Assim, a alimentação na Cadeia passou a ser constituída por um pouco de líquido, entre o claro e o escuro, a que chamávamos café, um pão de farinha de trigo de uns quatrocentos gramas, o único alimento verdadeiro que diariamente nos mantinha, e uma caldivana com grão de bico e uns pedacinhos de batata onde se viam uns bocadinhos de toucinho a boiar.

Como anteriormente dissemos, não existiam mesas onde comêssemos. Os presos comiam sentados nos colchões enrolados ou no chão imundo. A comida era transportada para o pátio em caldeirões e os presos formavam em bicha, com o prato na mão, para lhes ser fornecida a comida. A caldivana sobrava sempre, pois água não faltava na torneira. Os presos mais esfomeados, por não terem familiares que lhes enviassem qualquer reforço alimentar, punham-se em bicha muito antes da hora da refeição, para voltarem a formar na cauda e assim receberem mais um pouco daquela «comida».

A quantidade, a qualidade, a forma como era distribuído o alimento, tudo isso era degradante. Como é natural, a carência de comida naquelas condições provocava atritos e conflitos entre os menos politizados. É-me difícil dar uma ideia de como tudo isto se processava. A grande maioria dos presos era da classe camponesa, analfabeta, sem cultura ideológica, embora com um grande sentido de classe. Não tinha hábitos de higiene e mesmo que os tivesse não os poderia manter nas condições da cadeia. As suas roupas não eram mais que farrapos remendados, rotos, que mal cobriam a pele, sujos, mesmo nojentos, mal-cheirosos, cheios de piolhos. Dormiam vestidos com aquela «roupa» e muitos deles andavam enrolados nas mantas durante o Inverno.

Os actos de solidariedade do exterior, que se exprimiam no envio de géneros alimentícios e dinheiro, foram diminuindo na medida em que as coisas lá fora pioravam cada vez mais, particularmente para os familiares dos presos políticos. E tudo isto, como era natural, reflectia-se na Cadeia.

Havia presos que inicialmente recebiam todos os dias alimentação de fora, agora só a recebiam de quando em quando; outros, cujas famílias eram do campo, e enviavam periodicamente encomendas ou dinheiro ou vinham à cidade com frequência, foram rareando a sua solidariedade. Todos os presos, de uma forma ou de outra, viam diminuir o auxílio que antes lhes era prestado. Se é certo que a situação do abastecimento piorava à medida que a guerra se prolongava e o mercado negro se alargava, não era menos verdade que os familiares dos presos políticos eram aqueles que mais duramente sentiam essas dificuldades, motivadas pela discriminação de que eram alvo.

Tudo isto se reflectia na cadeia. À medida que a quantidade e a qualidade dos alimentos fornecidos piorava, que o auxílio dos familiares diminuía, criava-se uma situação difícil nas relações dos presos uns com os outros. O espírito de solidariedade enfraquecia, e disto tiravam partido os carcereiros para isolar os presos mais conscientes, que não se abandalhavam, e aumentar a repressão e as provocações. Os carcereiros não compreendiam como, apesar dos constantes julgamentos e respectivas condenações à morte, dos constantes fuzilamentos, do apregoar das vitórias fascistas na frente de batalha, se encontravam ainda tantos presos que continuavam a acreditar na vitória das forças progressistas e não se passavam para o lado deles. Para essa escória de torturadores não era fácil entender a fé inabalável na vitória que animava a grande maioria dos presos, mesmo aqueles que sabiam ir morrer dali a dias.

Nunca conseguiram abalar a firmeza moral e a conduta da grande maioria dos presos. O facto de terem atraído a si alguns sabujos permitindo que eles provocassem livremente e em voz alta os presos honestos, nem assim o silêncio digno da maioria foi menos eloquente.

Aliás, a contradição era evidente. Enquanto no seu palavreado acusavam os comunistas — e comunistas eram quantos não os apoiavam e se mantinham em luta contra eles — como responsáveis pela situação de guerra civil, não deixavam de fuzilar indiscriminadamente mesmo aqueles que se deixavam seduzir pelas promessas dos carcereiros.

PRIMEIROS ASSASSINATOS

Demos uma visão do evoluir da situação na Cadeia durante a Guerra Civil quanto às condições em que os presos eram obrigados a viver, se a isto se podia chamar viver. É dentro deste contexto que devemos colocar os factos que vamos relatar, a parte mais dramática dessa vida dos presos: a morte. Morte por assassinato puro ou por fuzilamento, o que significava o mesmo. E na verdade pouco se distinguiam. Um era executado pelos falangistas com requinte sádico, sem a farsa do «julgamento»; o outro era antecedido por um «julgamento» e efectuado por um pelotão de fuzilamento constituído por guardas civis.

O evoluir da situação dentro da Cadeia era de constante agravamento em todos os aspectos — disciplinar, alimentar, higiénico, alojamento — na medida em que os dias iam passando e os guardas prisionais, que se tinham passado para a Falange, se sentiam seguros da impunidade de toda a espécie de arbitrariedades e violências que cometiam dando largas ao seu sadismo.

Em Cáceres o levantamento do regimento do Exército e de um batalhão da Guarda Civil verificou-se, como já se disse, a 19 de Julho, num Domingo, pelas 10 horas da manhã. Não houve resistência armada, e no entanto logo começaram as prisões dos democratas, de quantos eram favoráveis ao governo da Frente Popular. Essa vaga de prisões nunca parou durante os dois anos e meio que lá me tiveram preso.

Os primeiros presos assassinados foram os dirigentes sindicais que faziam parte dos corpos gerentes da Casa do Povo de Cáceres e ali tinham sido metidos no primeiro dia da eclosão da Guerra Civil. Os seus assassinatos verificaram-se nos primeiros dias de Agosto. Continuariam durante a Guerra Civil e mesmo depois dela terminada.

Tem interesse contar como se deu a saída do primeiro grupo de presos que iam ser mortos, para melhor caracterizar o encarniçamento dos falangistas na morte de quantos eram contrários aos seus objectivos.

Entre as 9 e as 10 da noite, na sala onde nos encontrávamos (Pires Jorge e eu) e que teria então pouco mais de uma centena e meia de presos, entrou um guarda que fez a chamada de uma dezena de pessoas, de acordo com uma lista que trazia. Aos que responderam disse-lhes que tratassem de arranjar as suas coisas pois iriam ser postos em liberdade.

Esta libertação tão repentina de elementos destacados da classe operária da Província deixou-nos espantados e ao mesmo tempo preocupados, porquanto contrariava quanto ouvíamos contar aos presos que constantemente entravam na cadeia e nos falavam dos momentos gravíssimos que se viviam em Espanha. Contavam-nos os assassinatos que tinham sido cometidos pelos falangistas, e aquela libertação súbita não nos predispunha para optimismos.

Tínhamos razão, pois o que se passou foi muito além do que pensavam os mais pessimistas.

Uma vez arrumadas as coisas e feitas as despedidas dos amigos e conhecidos que ficavam, levaram-nos para o pátio onde se reuniram com os que saíram das outras salas. Mas, minutos depois de nos termos apercebido de que haviam saído do pátio para fora da cadeia, através do abrir e do fechar das portas, ouvimos correrias na rua, logo seguidas de rajadas de metralhadora ligeira, gritos...

Não é difícil imaginar o estado de espírito em que todos nós ficámos. Poucos presos dormiram naquela noite. Cada um interpretava à sua maneira o que ouvira, sem saber ao certo do que se tratava, admitindo os mais pessimistas tratar-se do assassinato na rua dos companheiros momentos antes saídos.

Não se enganavam. Soubemos dias depois, por novos presos entrados, como aqueles que dias antes tinham saído foram assassinados. Uns em frente da cadeia, quando tentavam entrar nas portas das casas ao verem que a rua estava bloqueada nos dois extremos por falangistas armados; outros foram apanhados, metidos numa camioneta que os levou, juntamente com os corpos dos assassinados, para os arredores da cidade, onde também foram mortos, ficando os cadáveres abandonados na berma da estrada. Foram encontrados no dia seguinte e transportados para a casa mortuária do cemitério.

Este grupo de presos foi o primeiro a sair para a «liberdade», processo que viria a ser substituído seis meses depois por uma outra maneira mais «legal» de matar: o tribunal militar e o pelotão de fuzilamento.

Durante esses primeiros meses poucas noites se passaram sem haver «saídas para a liberdade». Mas havia uma alteração: não eram assassinados na rua, diante da Cadeia. O escândalo fora demasiado grande e toda a cidade soubera do caso. Tê-lo-iam feito deliberadamente para espalhar o terror? O certo é que os fascistas tinham agora o cuidado de levar até à porta da cadeia o transporte onde metiam os presos que iam «ser postos em liberdade» e mortos pelas estradas em locais ermos.

Como é compreensível, esta situação de insegurança criou um estado de espírito propício ao terror, ao isolamento dos presos mais honestos e à delação. Os mais medrosos temiam falar com os *rojos* por admitir que essa atitude os levasse *al paseo*. Porém esta situação de isolamento durou pouco tempo. Os presos medrosos em breve verificaram que não compensava tornarem-se sabujos. Os falangistas tanto levavam *al paseo* os presos que se mantinham firmes e honestos, como os que na cadeia se passavam para o inimigo. O que contava para os falangistas era o que pensavam os colegas que os denunciavam e prendiam e estavam interessados no seu desaparecimento. Assim se resolviam muitos problemas de ódios pessoais que nada tinham a ver com a política, e mesmo problemas de heranças. Muitos casos soubemos de gente que foi parar à cadeia e assassinada para mais rapidamente «legarem» os seus bens ou não os herdarem.

«VISITAS» NA CADEIA

Mas existiam outras causas para o terror que reinava na cadeia.

Com o início dos assassinatos dos presos, quando da saída do primeiro grupo «para a liberdade», começaram a «visitar» a cadeia, com certa frequência, verdadeiros bandos de rufiões falangistas que mandavam formar os presos no pátio e os provocavam grosseiramente com os insultos mais soeses, ameaçando-os de morte, dirigindo-se mais particularmente aos que conheciam ou àqueles que eram apontados pelos guardas como *rojos peligrosos*. E também nos revistavam e faziam buscas às salas remexendo os pertences de cada um sem que estivéssemos presentes e levando quanto lhes dava *en la gana*. Tinham um particular interesse por jornais, revistas, livros, de que só deixavam os de estudo — e nem sempre —, papéis manuscritos e até por vezes cartas de familiares.

Como esses grupos eram formados por gente desclassificada, recrutada entre ladrões e assassinos, não era de estranhar o desaparecimento de dinheiro e de toda a espécie de objectos, principalmente se eram de ouro. Todos os presos passaram a trazer sempre consigo os objectos cobiçáveis por essa matilha, sem esquecerem, como é natural, o dinheiro. Mas ninguém apresentava queixas destes roubos.

Nestas condições, por que razão, o camarada Pires Jorge e eu, que nesta fase de vida prisional ainda se encontrava comigo, não fomos levados *al paseo*, dado o muito ódio que os falangistas manifestavam por nós?

Embora pareça inacreditável, ao ter-se em conta quanto antes dissemos e tendo nós tomado sempre uma posição intransigentemente firme, pelo que éramos alvo predilecto das provocações dos guardas prisionais e dos falangistas quando das «visitas» à cadeia, onde alguns até tinham estado nos dias que antecederam o golpe militar fascista, o certo é que não nos levaram *al paseo*. Mas não fomos os únicos que escaparam à raiva assassina dos falangistas. O mesmo aconteceu com os presos político-sociais que já estavam condenados quando eclodiu o golpe militar-fascista ou foram condenados poucos dias após pelas leis anteriores. E assim, apesar dos esforços feitos pelos falangistas de Cáceres para nos levarem *al paseo*, não conseguiram que o director da Cadeia autorizasse a nossa saída sem um mandato do Tribunal, e este não o passava porque legalmente não o podia fazer, uma vez que a lei que nos condenara não previa a libertação sob caução ou a liberdade provisória enquanto esperávamos a decisão do Tribunal Superior para onde havíamos recorrido da sentença. Fosse outra a nossa situação, houvesse a possibilidade de sairmos sob caução, e teríamos saído em «liberdade» para sermos encontrados mortos algures numa estrada secundária, como aconteceu a tantos outros.

Pode parecer estranho, mas a verdade é que os falangistas não conseguiram vencer a barreira da legalidade, não porque o director da Cadeia ou os juizes do Tribunal fossem menos fascistas, mas devido a questões burocráticas. E naqueles momentos que vivíamos, quando as leis jurídicas eram espezinhas a todo o instante, os falangistas não conseguiram ultrapassar uma simples norma burocrata para nos fazer sair da Cadeia.

A forma «legal» a que os falangistas recorriam para fazer sair os presos, consistia numa ordem passada por uma entidade militar. Encontravam-se presos milhares de antifascistas apenas por ordem do exército, ao abrigo da lei de estado de sítio, sem culpa formada, e que podiam ser postos em liberdade mediante ordem passada pela entidade militar que ordenara a sua prisão. E assim, como os presos eram colocados à ordem da autoridade militar, bastava, pois, aos falangistas, obter e apresentar ao director da Cadeia uma ordem de libertação passada pelo comando militar e assinada sabia-se lá por quem. O preso saía e do que depois se passava ninguém tinha a responsabilidade. O cadáver aparecia numa estrada e «ninguém sabia» quem cometera o assassinato, como ninguém se interessava pela «descoberta» do criminoso nem pelo castigo do culpado. O corpo era transportado para a casa mortuária do cemitério mais próximo e enterrado passado algum tempo. Se a família tinha conhecimento do caso e aparecia a reclamar o corpo, ela se encarregava do funeral; se não aparecia, isso não levantava qualquer problema, pois o enterramento fazia-se com ou sem a identificação do cadáver.

TRIBUNAIS MILITARES MÁQUINAS DE MATAR

Esta situação na Cadeia manteve-se até final do ano de 1936, altura em que Franco teria publicado legislação conducente à «legalização» da prisão de todas as pessoas que se encontravam nas cadeias sem processo formado e à ordem das autoridades militares. Estas medidas foram tomadas em virtude da pressão exercida pela opinião pública nacional e mais particularmente a estrangeira, indignada com aquela matança dos melhores e mais válidos filhos do Povo Espanhol. Este massacre era levado a cabo por bandos de assassinos recrutados pela Falange entre a escória da sociedade que ela armava e fardava.

Chegaram-nos informações dignas de crédito de que mesmo pessoas que estavam de alma e coração com o governo franquista reprovavam vivamente o que se estava a passar com os presos e desejavam realmente ver terminada aquela mortandade. Era evidente que os falangistas estavam a cumprir com zelo demasiado a consigna fascista de exterminar todos os comunistas. Porém, e como era lógico, não eram apenas os comunistas a sofrer os efeitos desta horda de assassinos, nem mesmo os mais atingidos em número na província de Cáceres, já que uma parte considerável dos membros do Partido Comunista retirou para as províncias limítrofes onde enfileirou nas forças militarizadas

para combater os franquistas. Aliás, nesta província, onde não chegara a haver resistência armada, os comunistas não podiam ser aqui em grande número, uma vez que esta região era essencialmente agrária, atrasada, onde predominava o latifúndio absentista.

Mas o fascismo é uma hiena que se sustenta do sangue do seu adversário e vítima e jamais se sente saciado. A «legalização» dos presos políticos para deter o derramamento de sangue de quem se encontrava nas cadeias não passou de uma manobra torpe. Na Cadeia de Cáceres, onde me encontrava, esta manobra transformou-se no assassinato legalizado de centenas de democratas que milagrosamente tinham escapado à sanha assassina dos bandos falangistas, para irem cair nas mãos de Tribunais Militares, não menos sedentos de sangue, e no pelotão de fuzilamento da Guarda Civil. E assim esta medida «legalista» longe de diminuir o caudal deste rio de sangue mais o aumentou, como veremos a seguir.

Vamos ver como as coisas se passavam na Cadeia Central da Província de Cáceres com a «legalização» dos presos que nela se encontravam quando à data da saída dessa lei. Vamos ver se essa medida legislativa fez abrandar o massacre ou se, pelo contrário, não o teria intensificado sob outras formas mais «legais», menos chocantes para a sensibilidade balofa de certos senhores puristas da legalidade judicial.

Pelo final do ano de 1936 ou princípios de 1937, a certo momento, apareceram na Cadeia uns «senhores» oficiais do exército, de fresca data, que, para auto, vinham ouvir os presos que não tinham culpa formada e se encontravam presos preventivamente à ordem das autoridades militares, ou antes, à ordem do governador militar da Província.

Convém esclarecer que todas as pessoas presas nessa Cadeia, antes da Guerra Civil, tinham culpa formada e se encontravam, quando da eclosão do levantamento militar-fascista, ou cumprindo pena ou esperando julgamento. Assim, todos quantos se encontravam sem culpa formada tinham sido detidos pela Guarda Civil ou pelos falangistas já depois da Guerra Civil.

Os oficiais do exército quando ouviam os presos não eram «exigentes». Aliás, não iam ali para investigar fosse o que fosse. Pouco lhes interessava saber se a detenção se justificava, se havia ou não razão para a manter. As suas perguntas dirigiam-se apenas à identificação, residência, autoridade que efectuara a prisão. Perguntavam ainda se o preso sabia alguma coisa acerca das razões quanto às acusações que lhe eram feitas. Ouviam, escreviam tudo, pediam ao preso para assinar e... pronto! Eram rápidos. Estavam na Cadeia cerca de mil presos sem culpa formada. Pois bem, dois ou três inquiridores terminaram a tarefa em menos de um mês e trabalhando só durante a tarde.

E no entanto, isto criou momentaneamente um certo optimismo entre os presos. Fora detido o processo de «libertação» organizado pelos falangistas, executado com uma regularidade impressionante, metódico, inteiramente de acordo com os seus intentos de extermínio sistemático de todos os «comunistas».

Mas não tardou que as ilusões se dissipassem cruelmente, ao verem que *el paseo* fora substituído pelo pelotão de fuzilamento, composto por uma força da Guarda Civil que, pela madrugada, levava a efeito a sua sinistra tarefa nas traseiras do quartel do regimento aquartelado na cidade. Ficava perto do cemitério e para a capela deste eram transportados os corpos dos fuzilados que depois eram entregues às famílias que se encarregavam do enterro.

Os familiares dos assassinados não tinham agora de ir levantar os corpos das bermas das estradas onde os falangistas os abandonavam. Podiam encontrar os cadáveres na casa mortuária do cemitério, a dois passos do coval onde seriam enterrados e com acompanhamento de padre para encomendar as suas almas! Era a única vantagem da legalização dos presos!

Mas voltemos atrás. Depois de ouvidos os presos para auto e iniciado assim o processo, era pedida informação às terras da naturalidade e da residência dos incriminados. Era esta informação que decidia tudo, a vida ou a morte do processado. Se na informação constava tratar-se de um «comunista perigoso» ou coisa parecida, era certo e sabido que teria de enfrentar o pelotão de fuzilamento. Se a informação era diferente e dele só constava ter feito parte de um sindicato ou que acompanhava ou tinha relações de amizade com um «comunista», teria a vida salva com trinta anos e um dia de prisão.

Factos? Isso não tinha interesse. Era uma estopada ter de consultar argumentações quer para acusar quer para defender. Não, não pensem que isto é um exagero. Eu conto um caso, entre os muitos de que tive conhecimento.

Certo dia entrou na Cadeia um intelectual de Cáceres conhecido pelas suas ideias conservadoras. Não era republicano nem elemento das esquerdas. Tinha, porém, um espírito aberto e convivia com republicanos do centro-esquerda. Quando a Frente Popular subiu ao poder foram detidos alguns elementos da extrema direita que conspiravam. A família de um dos presos foi pedir-lhe que interferisse em favor da sua libertação. E assim aconteceu. Baseava-se nisto a acusação a esse intelectual. Foi pedida para ele a pena de morte, «pois devia ser pessoa muito influente junto dos 'comunistas', dado ter conseguido a libertação de um elemento responsável das direitas».

Para os oficiais que constituíam os tribunais militares, quase sempre de formação fascista, muitos deles, elementos activos das formações políticas da extrema-direita — era mais cómodo e seguro estar na retaguarda do que na frente de combate —, o facto de uma pessoa ter sido presa sob a acusação de servir a esquerda, desta ou daquela maneira, era motivo bastante para uma condenação à morte.

Era o que acontecia. Naquela Cadeia não houve memória de um réu ter sido absolvido pelo Tribunal Militar. Para isto contribuiu o facto de ser a Falange a entidade a informar os pedidos de esclarecimento do Tribunal sobre a personalidade dos réus. Como se disse, os factos eram acessórios sem importância na acusação. O que contava eram as conclusões feitas pelos dirigentes falangistas das localidades, lacaios fiéis dos agrários ou dos caciques.

Os tribunais começaram a funcionar em pleno e com vontade de acabar depressa, pois as cadeias estavam a abarrotar de presos. Na província de Cáceres fora constituído um tribunal que se deslocava às comarcas para fazer os julgamentos em vez de serem os presos a deslocar-se. Nisto imitavam, de certo modo, o que se passava em Portugal, pois tendo Salazar criado um Tribunal Especial era este que se deslocava para julgar.

Durante os primeiros tempos o Tribunal andava numa azáfama de terra em terra a fazer o seu «trabalho». As cadeias precisavam de ser desocupadas, não para a liberdade, mas para o cemitério. Depois abrandou um pouco para dar tempo ao Tribunal Superior, com sede em Valladolid, apreciar os processos e não acumular demasiados presos à espera de resolução.

A decisão do Tribunal Militar de Primeira Instância só era comunicada aos réus depois de ser apreciada pelo Tribunal Superior com sede em Valladolid, sede da região militar a que pertencia Cáceres. Este, em geral, pouco alterava em relação à opinião do promotor. Em certos casos a condenação à morte passava para pena de trinta anos e, noutros, os trinta anos convertiam-se em pena de morte.

O que aqui escrevo de forma tão simples, constituía, como se deve calcular, um verdadeiro drama. Quem me ler não pode adivinhar o que é estar dois a três meses à espera de saber se morre ou fica vivo, particularmente quando se aproximava a data terrível de saber se o esperava a vida ou a morte. Esta situação era bem pior do que saber o dia certo em que iriam morrer.

Mas não era só isto. Se a condenação fosse conhecida logo após o julgamento, cada réu saberia com que contar. Como não era assim e o pedido de condenação do procurador podia ser alterado tanto para mais como para menos, os que eram «contemplados» com trinta anos de prisão ficavam vivendo na angústia de que a sua condenação fosse alterada para a pena de morte, enquanto os condenados à morte tinham a esperança, pouco provável, numa sentença de prisão de trinta anos.

Não tenho dotes de escritor, e menos ainda de escritor dramático. Deixo pois à imaginação de cada um pensar o que podia ser tal drama. Vivíamos as tragédias dos camaradas condenados, sentíamos a sua angústia, os seus problemas familiares, a sua tristeza por terem de deixar em breve aqueles que mais amavam.

Vivíamos particularmente as vidas daqueles com quem convivíamos mais de perto, quer por afinidades ideológicas, quer por serem mais expansivos. Uns sentiam o problema da morte breve mais intensamente, outros mais «filosoficamente». Cada um reagia de acordo com o seu temperamento e o seu grau de consciencialização política.

A nossa atitude perante tais problemas não era passiva. Embora não estivéssemos condenados à morte, nem assim deixávamos de viver em permanente expectativa de ameaça. Não só no início do golpe militar-fascista estivemos em perigo eminente, como também mais tarde fomos alvo de inquérito e tentativa de acusação, com vista a novo processo de actividades políticas realizadas em Espanha. Esta tentativa falhara mas não era improvável que novamente voltassem à carga.

Como já se disse, no prazo de dois a três meses, era comunicado aos réus as sentenças definitivas, já depois de serem consideradas pelo Tribunal Superior. Era vulgar que o resultado final de cada processo, que chegava a abranger cinquenta e mesmo mais réus, atingisse mais de cinquenta por cento de condenações à morte. Os restantes tinham a pena de trinta anos e um dia de prisão. Sentenças mais baixas ou absolvições, praticamente não existiam.

Entre milhares de condenações que se verificaram desde que os tribunais começaram a funcionar e a data em que fui transferido para Portugal, só recordo dois casos em que a condenação não foi a morte ou os trinta anos de prisão: um preso condenado a dez e outro a sete anos. Quanto às circunstâncias que estiveram na base destas excepções já não recordo.

A comunicação da sentença era feita de maneira macabra que não permitia que o condenado manifestasse aos seus familiares as suas últimas vontades. Aliás, desde que eclodira o levantamento fascista todas as visitas, mesmo as das famílias, estavam proibidas. Durante a noite, excepto ao Domingo, pelas três ou quatro da madrugada, entrava na sala ou na caserna, como se prefira chamar, um guarda que fazia a chamada dos réus que tinham sido condenados à morte, em determinado processo. E dizia simplesmente que se preparassem para sair. Nada mais era preciso para sabermos o destino que iam ter e quais os presos «contemplados» com a sentença de trinta anos e um dia, quer dizer, com a vida salva. Pelas onze horas da manhã estes últimos eram chamados à secretaria e notificados então da sentença a que tinham sido condenados.

Os condenados à morte tinham uns breves momentos para se despedirem dos amigos e comunicarem as últimas vontades, as últimas palavras a transmitir a suas mulheres, filhos, pais... Saíam da sala para o pátio e ali eram identificados, notificados da condenação, algemados e metidos na camioneta que os iria conduzir para o local de fuzilamento.

UM EXEMPLO DE VALENTIA E DE FIRMEZA

Como é fácil de compreender, a permanência durante dois anos e meio entre companheiros condenados à morte, com um convívio muito estreito de amizade e de colaboração ideológica com muitos e muitos, não se passa sem deixar profundas marcas que condicionam toda uma vida, tanto mais quando se esteve também, durante os primeiros seis meses, na primeira linha dos candidatos a «*el paseo*».

A situação vivida fica-nos no sangue, em todo o nosso ser; fica-nos gravada no seu conjunto, numa vivência que jamais deixa de se sentir, de ser centro dos nossos pensamentos. É todo um conjunto de factos, de situações, de rostos, de personalidades, de uma amálgama de gente apinhada em instalações acanhadas, falando, discutindo, agredindo-se por vezes, comendo, dormindo, indo à retrete sem qualquer recato, lavando-se, catando os piolhos, lavando a roupa, ouvindo as provocações dos guardas, sofrendo os seus vexames e agressões; é a saída dos que não voltarão mais, a saída dos que iam ser assassinados pura e simplesmente, a saída dos que iriam ser assassinados «legalmente» pelos pseudo-tribunais militares. Em toda esta amálgama, alguns factos e acontecimentos sobressaem na nossa memória. É para ela que me volto agora depois de dar uma panorâmica geral desses momentos vividos.

Não vou relatar quanto de impressionante ali se passou durante o tempo que ali estive. Relatarei apenas aqueles factos que mais me impressionaram, que mais nitidamente me ficaram gravados, que melhor exemplificam o que anteriormente escrevi.

Logo no primeiro ou no segundo dia do golpe militar fascista, as forças militares e os falangistas ocuparam a localidade perto da cidade de Cáceres, Arroyo de Malpartida, entroncamento ferroviário de grande importância estratégica, dado que ali se bifurca a linha que vem de Portugal com destino a Madrid, pela fronteira de Marvão, e a linha que vai para o sul de Espanha, por Mérida. Por esta razão, a localidade era um centro operário importante, talvez o maior da Província, de uma província essencialmente agrícola, onde predominava a grande propriedade.

Ao tomarem a localidade os falangistas procederam à prisão de um numeroso grupo de militantes operários, quase todos destacados elementos da Casa do Povo.

Deram entrada na Cadeia como quaisquer outros presos vindos dos mais variados pontos da província, sem culpa formada e à ordem das autoridades militares.

Foram conduzidos para a cadeia por uma força da Guarda Civil de mistura com falangistas e ali ficaram até serem ouvidos em auto e formado o respectivo processo, de acordo com as leis decretadas pelo governo franquista. Julgados quando chegou a sua vez, foram condenados. Mas neste processo a percentagem de condenações à morte era bem mais elevada que o habitual, precisamente por se tratar de um centro operário importante e com tradições de luta.

Ora, deste grupo fazia parte um camarada que teve uma conduta que excedeu quanto de corajoso se passara até ali.

Este camarada — e lastimo não poder citar o seu nome — era sobrinho do alcaide de Cáceres, destituído e preso quando eclodiu o golpe fascista. Estavam juntos na Cadeia no momento em que se passou aquilo que vou contar. Do mesmo processo participava também um irmão seu que não o acompanharia na morte pois fora condenado aos trinta anos e um dia.

Chegou a madrugada temida para os presos daquele processo. Depois do guarda ter entrado na sala e feito a chamada dos condenados à morte, depois de «feitas as malas» e entregue o espólio aos companheiros que o fariam chegar aos familiares, deram-se as despedidas.

Não vou descrever — não seria capaz mesmo que quisesse — o que eram essas «partidas para a morte», o seu dramatismo, a sua humanidade e serena valentia dos que «saíam» conscientes de que o seu sacrifício não seria em vão. A certeza na vitória futura, o desejo de mostrar aos fascistas que sabiam morrer, foi conduta geral que sempre se verificou. Os abraços misturavam-se com as lágrimas dos que saíam e dos que ficavam; as palavras de incitamento à coragem perante a morte ouviam-se juntamente com as de encorajamento para a luta; renovavam-se os pedidos para a transmissão das últimas vontades às famílias e repetiam-se as garantias de que elas seriam cumpridas.

Também esta despedida não seria diferente das outras que a antecederam, se não fora a conduta particular e única do camarada que destaco, pois teve em mim e em muitos que a presenciaram a força para se gravar em nós e para ser depois, muitas e muitas vezes, recordada e comentada.

Contrastando com os companheiros da sua «última» viagem, era ele, o que ia morrer, quem confortava os camaradas que ficavam, especialmente o irmão e tio, com palavras de esperança e de confiança na vitória final, era ele quem insistia para que «não chorassem, pois o momento era de luta, de firmeza, e não se deviam dar provas de fraqueza perante o inimigo». E «não importava que alguns ficassem pelo caminho, sem poderem ver a vitória, porque a luta contra o fascismo cruel e assassino, não podia fazer-se sem que muitos tombassem».

Quando, por fim, chegou o instante de dar o último abraço ao irmão, o abraço que deixara para o fim, mais parecia ser ele quem ficava e o irmão que partia. O irmão chorava e ele incutia-lhe coragem, firmeza, confiança na vitória. E no carinho com que proferiu as palavras dirigidas à mulher e aos filhos, mostrou ser o perfeito exemplo do revolucionário que morre consciente do papel histórico da classe operária.

E quando já ia a afastar-se do irmão para se encaminhar para a porta reparou que o casaco que levava era muito melhor que o do irmão, já velho e em mau estado. Despiu o seu e sem atender a protestos convenceu o irmão a que o trocasse:

— Está muito frio lá fora.

E ele respondia-lhe com carinho, mas firme:

— Bem sabes que debaixo da terra não se tem frio. E daqui até lá a distância é curta e não dá tempo para se pensar nisso.

E também entregou ao irmão os sapatos ficando ele com as alpergatas.

— Não preciso deles. Não vou andar, levam-me de camioneta e desta até ao muro isto serve muito bem.

Saiu com um «adeus» geral para todos nós que estávamos de lágrimas nos olhos, uns, porque outros soluçavam de raiva e impotência. Nem gritar a nossa indignação podíamos, porque isso seria interpretado pelos fascistas como provocação e não hesitariam em disparar as metralhadoras para dentro da sala.

Entretanto entrava na Cadeia o destacamento da Guarda Civil que vinha buscar os presos para o fuzilamento. Formava no pátio, para onde davam as salas, esperando os presos que iam sair.

Depois, já fora da Cadeia e dentro das camionetas que se puseram em marcha, ele e os companheiros que juntos seguiam para o último *paseo* romperam cantando o hino da República. Já longe ainda os ouvíamos. Mas acabou por se extinguir na distância. Porém o seu canto ficaria em nós, o canto daqueles abnegados, firmes e valentes lutadores antifascistas.

Quem soube tão dignamente galvanizar aquele punhado de valentes nos seus últimos momentos de vida e dar exemplo tão firme e sereno a quantos se encontravam na Cadeia não podia ser esquecido. Foi modelo seguido por quantos não tardariam, nos dias seguintes, em serem transportados também até ao muro de fuzilamento. Foi um marco nessa luta cruenta, a sua atitude jamais foi excedida. Pelo impacto que originou em todos nós, foi um exemplo inultrapassável.

Assim idealizarei sempre a última atitude, o último gesto de luta de um revolucionário que vai tombar para sempre na batalha que foi o objectivo primeiro da sua vida.

Este exemplo ajudou-me muito a suportar a minha prisão, a minha contribuição na luta que o preso pode e deve travar contra o fascismo, mesmo quando encarcerado; exemplo sempre apresentado àqueles que esperando, nas mesmas circunstâncias, o seu último dia, e que eu iria fazer recordar a este ou aquele camarada quando momentaneamente abalado no seu moral; exemplo que frutificou no espírito, na vontade decidida e firme dos presos da Cadeia de Cáceres e lhes deu força para apresentarem a mesma coragem diante das armas apontadas do pelotão de fuzilamento.

O QUE REPRESENTOU A LEGALIZAÇÃO DA PRISÃO

Faz-se esta pergunta: com a legalização dos presos que se encontravam nas cadeias sem culpa formada deixaram de se cometer assassinatos «ilegais», isto é, a Falange deixou de assassinar antifascistas?

Analisemos a situação.

Em face da nova situação criada pela legalização dos presos e o funcionamento do novo aparelho de extermínio «legal» que passaram a ser os Tribunais Militares, o número de pessoas que entravam nas cadeias diminuiu momentaneamente. Foi por o regime ter abrandado a repressão e a sede de sangue de que se alimenta o fascismo? Evidentemente que não.

O fenómeno da diminuição da entrada de presos nas cadeias correspondeu a um aumento de assassinatos cometidos pelos falangistas sem que as pessoas passassem pelas prisões. Isto é, no início da Guerra Civil e até ao momento em que passou a ser obrigatória a instauração de processo a toda a pessoa entrada na cadeia, os falangistas prendiam e metiam na cadeia gente que pretendiam matar em momento oportuno. As prisões eram, pois, depósitos de «candidatos» ao assassinato. A partir do momento em que se tornou obrigatória a instauração de processo e os presos ficavam sob a jurisdição militar, os falangistas deixaram de efectuar prisões com tanta frequência e iam buscar as pessoas a casa para as matar sem passarem pela prisão. Deste modo, o número de cadáveres aparecidos pelas estradas e caminhos não diminuiu. Acontecia agora que as pessoas assassinadas não vinham das cadeias, iam buscá-las a suas casas. No seu conjunto, o número de assassinatos aumentou de forma assustadora. Já não eram só os falangistas a matar. A máquina de matar representada pelos tribunais militares assassinava agora também «legalmente» ao abrigo do estado de sítio. Criou-se assim o paradoxo de as pessoas se sentirem mais em segurança nas cadeias do que em «liberdade», em suas casas. Era frequente receberem-se cartas na Cadeia aconselhando os presos a manterem-se por lá pois talvez não escapassem da morte se fossem postos em liberdade.

MUDANÇA NOS MÉTODOS DE REPRESSÃO

Estas transformações na forma de matar as pessoas foram acompanhadas por outras alterações internas na Cadeia que em nada alteravam para melhor a situação dos presos.

Os falangistas deixaram de poder entrar livremente na Cadeia para provocar os presos, mas em contrapartida os carcereiros refinaram a sua actuação nas suas relações com os detidos. Antes, os falangistas mandavam formar os presos e dirigiam-lhes insultos e provocações, agora os carcereiros obrigavam-nos a formar para leitura dos comunicados de guerra vindo nos jornais e forçavam-nos a levantar o braço em saudação fascista e a gritar: «Arriba Espanha», «Viva Franco».

Antes, a arma da Religião e da Igreja não era utilizada para submissão dos presos, agora obrigavam-nos a ir à missa, como vexame, pois sabiam que a grande maioria dos presos, mesmo os próprios católicos se negavam a ir à missa como protesto contra a posição colaborante dos prelados da Igreja com os fascistas. Antes, os falangistas procuravam tirar da cadeia alguns presos já condenados para os fuzilarem (como o camarada Pires Jorge e eu), agora mandavam agentes da polícia para que os interrogassem e encontrassem pretexto para um novo processo militar que permitisse fuzilá-los «legalmente».

SERENIDADE E FIRMEZA

Quando da primeira ofensiva das tropas fascistas sobre Madrid elas conseguiram chegar aos arredores da cidade e tomar alguns pontos estratégicos como a Cidade Universitária. Logo apregoaram aos quatro ventos que tinham conquistado a capital e realizaram manifestações de regozijo comemorando essa «vitória» por toda a Espanha fascista.

Na Cadeia os guardas arregimentaram os presos mais desclassificados, os novos fascistas, que julgavam salvar a vida aderindo ao fascismo e tornando-se os «cães» mais raivosos contra os «comunistas» (entenda-se os democratas lutadores mais consequentes). Montaram então uma manifestação de presos dentro da cadeia e percorreram as salas dando vivas a Franco, à Falange e morras aos «comunistas», e levavam aos ombros, em triunfo, os guardas que mais se destacavam nas provocações aos presos antifascistas, nas calúnias mais torpes, os que agrediam a cavalo-marinho por coisas de nada os presos mais conscientes. Paravam junto de nós, os antifascistas honestos, que nos tínhamos mantido dentro das salas, calados, sem nos juntarmos à «manifestação», e gritavam insultos e ameaçavam-nos com a morte e muito para breve.

Esperavam os fascistas com estas provocações levar-nos a reagir com gestos ou palavras, para que pudessem dar realidade e justificação às suas ameaças.

Porém os seus intentos malograram-se. Uma grande calma e um difícil domínio dos nervos, pelo nosso lado, impediu um desastre que nos chegou a parecer fatal. Ainda hoje, ao meditar em tal acontecimento, não compreendo o que impediu aquela turba ululante e raivosa, incitada pelos carcereiros, verdadeiros loucos fascistas, de levar à prática quanto gritavam e assim saciarem em presos indefesos os seus instintos assassinos.

Estou em crer que a nossa posição firme e digna, sem responder às provocações, mas também sem dar mostras de temor pelo que pudesse acontecer, paralizou aquela violenta onda de ódio, expressa nos gritos de morte aos «comunistas» e nos vivas à Falange e a Franco.

Conto aqui um facto que me aconteceu para ilustrar quanto digo.

Certo dia, estando os presos formados no pátio para ouvirem ler o comunicado de guerra, que todos os dias era publicado obrigatoriamente pelos jornais diários, e que terminava com o grito do guarda de braço levantado em saudação fascista: «Arriba Espanha, viva Franco!», que os presos eram obrigados a repetir levantando igualmente o braço, eu, que estava distraído, ainda levantei o braço mas esqueci-me de mover os lábios fingindo dizer as frases exigidas.

Quando deram ordem de destroçar, eu que estava na outra ponta da formatura vi o carcereiro dirigir-se para mim, por entre os grupos de presos que estavam no pátio, segurando nervosamente o cavalo-marinho pronto para a agressão. Mantive a serenidade e fingi não notar que ele se aproximava. Quando o guarda me interpelou perguntando-me a razão por que não dera os vivas, respondi-lhe firme e serenamente que tinha dado os vivas exigidos e enquanto lhe respondia fixava-o nos olhos bem de frente. O carcereiro que entretanto já levantara o cavalo-marinho para me agredir, não teve coragem para o fazer. O braço baixou lentamente e disse-me, a ranger os dentes de raiva:

— Não o volte a repetir. Para a outra vez não escapa.

Voltou-se e afastou-se de mim, raivoso, continuando eu a falar com o companheiro a conversa interrompida. Quem estava perto de mim e não se apercebendo do que se passara ficou a olhar-me muito surpreendido.

Não era a primeira vez que se davam cenas como esta, em que presos eram agredidos por ficarem indiferentes quando os falangistas faziam a saudação fascista.

Os carcereiros sabiam que muitos presos se limitavam a levantar o braço e a mexer os lábios, e outros, quando viam que os carcereiros não os podiam ver, nem isso faziam. Era esta a razão por que os carcereiros estavam sempre à espreita para ver se apanhavam algum em transgressão, deslocando-se à socapa por entre as filas, colocando-se atrás daqueles de quem suspeitavam que habitualmente ficavam calados ainda que movendo os lábios.

Esta minha distração podia ter tido resultados bem graves, pois que os carcereiros tinham pelo Pires Jorge e por mim um ódio muito particular, não só porque sempre demonstrávamos uma posição bem firme, mas sem esquerdismos, como éramos também dos poucos comunistas que claramente o confessavam ser. Não por bravata, mas porque o tínhamos confessado em tribunal e antes do movimento militar fascista. Não tínhamos, pois, qualquer vantagem em esconder a nossa qualidade de comunistas portugueses e assim o declarámos, quer nos autos que nos levantaram quando fomos presos antes do movimento militar fascista, quer quando fomos ouvidos, já depois de desencadeado o movimento, quando os fascistas procuravam encontrar motivos para nos incriminar por actividade revolucionária desenvolvida em Espanha, para a seguir nos fuzilarem.

A IGREJA E A RELIGIÃO NA REPRESSÃO

Na Cadeia, já antes da Guerra Civil, se celebrava missa aos Domingos para os presos e guardas que quisessem assistir. E em geral, sempre havia alguém que ia. Com o desencadear da guerra a cadeia foi-se enchendo de presos, mas a ida à missa manteve-se sempre numa frequência muito limitada. Mesmo quando o número de encarcerados chegou a atingir o milhar os que iam à missa raramente ultrapassava a dezena. Esta situação «preocupou» a direcção da Cadeia e particularmente um carcereiro que, além de falangista ferrenho e provocador feroz, era igualmente um católico intransigente, digno sucessor dos esbirros da Santa Inquisição.

Um dia, sem ninguém o esperar, resolveram o problema da fraca assistência nas missas dominicais. Um Domingo, quando da formatura da manhã, depois de fazerem a contagem, mandaram-nos seguir para a sala onde normalmente se celebrava a missa. E tudo estava preparado e vimos o padre esperando por nós. Não se perguntou aos presos se queriam ou não ir à missa, se eram ou não católicos, se professavam qualquer outra religião. Nada disto aconteceu. A partir daí, todos os Domingos, seguíamos em formatura para a missa.

Quanto a nós que não éramos e nunca fomos católicos, limitávamo-nos a assistir de pé, calados, à cerimónia sem executarmos quaisquer gestos nas várias fases da missa.

Esta atitude que não dava motivo à intervenção dos carcereiros, pois não perturbava nem desrespeitava a cerimónia, não deixava de irritar o padre e alguns carcereiros. De maneira indirecta e em «conversa amena» um ou outro católico «mandatário» dos carcereiros procurou saber a razão da nossa atitude. Como se não percebessemos onde queriam chegar e quem lhes ensinara o «sermão» fomos esclarecendo que nunca tínhamos sido católicos, nem catolicamente educados, que em Portugal havia liberdade de culto, ou de não o ter, que não tínhamos formação religiosa e que embora tendo já entrado em igrejas nunca tínhamos assistido a missas.

Enfim, este esclarecimento e o facto de sermos portugueses permitiu que as coisas fossem correndo sem atritos. Mas, para nos aborrecerem, faziam de maneira a que sempre ficassemos dentro da sala, enquanto alguns presos, por sermos muitos, ficavam cá fora.

Quando da proximidade da Páscoa de 1938, os carcereiros comunicaram aos presos que deveriam inscrever-se numa lista para poderem confessar-se. Embora esta inscrição se apresentasse como voluntária, o certo é que a informação era acompanhada por veladas ameaças de represálias aos que não se inscrevessem.

A inscrição foi, portanto, um «êxito», porque só pouco mais de uma vintena entre os cerca de oitocentos presos não se inscreveram.

Não nos inscrevemos nem fomos alvo de represálias apesar dos «conselhos» de alguns amigos que se inscreveram e que afirmavam ter a «certeza» de que os carcereiros iriam para as represálias a quantos não se confessassem.

Este exemplo mostra, em primeiro lugar, o estado de espírito em que os presos eram mantidos pela repressão constante, pois havendo na altura, mais de uma centena de condenados à morte, quase todos eles se confessaram quando intimamente não o desejavam fazer. Aliás isso não impediu que fossem fuzilados, nem que tivessem um comportamento menos digno no momento em que fizeram frente ao pelotão de fuzilamento.

Muitos tiveram a franqueza e a honestidade de nos confessarem que tinham fraquejado nesse momento por alimentar vagas ilusões de que o acto da confissão influísse na decisão dos «Juizes». Porém o seu arrependimento já era tardio e transformou-se apenas em mais uma mágoa que os acompanhou nos seus últimos momentos de vida.

A QUE CONDUZ O ESQUERDISMO

Em fins de 1936, entrou na Cadeia um numeroso grupo de prisioneiros de guerra aprisionados na frente de Talavera de La Reina quando da primeira ofensiva falangista sobre Madrid desencadeada da província de Cáceres na direcção de Toledo. Foram os primeiros e únicos prisioneiros de guerra que entraram na Cadeia, talvez por não vestirem farda. Este grupo constituído por uns trinta jovens, era o que restava de um outro bem mais numeroso, em que os seus componentes foram assassinados depois de feitos prisioneiros.

Eram todos muito jovens, entre os 19 e os 23 anos. Tinham sido recrutados em Madrid, por se terem apresentado como voluntários na sede dos anarquistas (C.N.T.). Foram submetidos a uma ligeira instrução militar e logo enviados para a frente de combate, devido ao avanço dos fascistas. Faziam parte de uma formação militar composta por três a quatro mil homens de infantaria, com um fraquíssimo apoio de artilharia.

Chegados à frente de Talavera tomaram posições numa pequena aldeia. O objectivo era cortar o passo às forças fascistas que se deslocavam no sentido de Toledo. Foram distribuídos pelos pontos estratégicos da zona e montados os postos de observação e resistência.

Mas disciplina era coisa que não existia nestas formações constituídas na base de simpatizantes ou militantes anarquistas. Heroísmo pessoal, por vezes, e pouco mais. Assim, pouco tempo depois, já os postos eram abandonados. Cada um foi para onde lhe apeteceu dar *una vuelta* e na madrugada do dia seguinte eram atacados pelas forças fascistas que, organizados e disciplinados, os bateram sem qualquer dificuldade. Os postos, meio guarnecidos, sem sentinelas, foram facilmente tomados e feitos prisioneiros os seus ocupantes.

Foi a debandada, o massacre, o fuzilamento dos mais responsáveis, o direito de saque da aldeia durante certo tempo, a violação das jovens pelos falangistas e pelos mouros, etc.

Aquele grupo de jovens que entrou na Cadeia eram os poucos prisioneiros que escaparam ao massacre. Não se sabe bem porquê. Eram moços generosos, dispostos a baterem-se e a darem a vida pela causa da liberdade se estivessem melhor organizados, disciplinados e treinados, melhor consciencializados e bem enquadrados por sargentos e oficiais competentes. Porém era isso que faltava. Aquele grupo, de organização militar só tinha o nome.

Soubemos depois que a situação disciplinar melhorara muito depois de saneadas as formações militares dos elementos anarquizantes.

No dia seguinte ao da chegada desse grupo de prisioneiros à Cadeia apareceram dois oficiais do Tércio⁴. Tinham vindo para os convidar a ingressar no Tércio. Os que aceitaram já não regressaram à sala; os que recusaram voltaram, mas para comparecerem no dia seguinte em Tribunal Marcial e serem fuzilados em seguida.

Se não fora esses dois ou três heróis que se recusaram, nunca saberíamos o que acontecera a esse punhado de prisioneiros que nos tinha «visitado» pelo espaço de vinte e quatro horas.

4 Corpo de exército voluntário que era utilizado para submeter os povos coloniais da África do Norte onde era admitida toda a casta de ladrões e assassinos. Ao entrarem no Tércio ficavam isentos de toda a acção policial pelos crimes cometidos.

CONTRAPARTIDA

Meses depois, entraram na Cadeia cinco prisioneiros. Mas desta vez eram guerrilheiros. Juridicamente também não foram considerados como prisioneiros de guerra. Faziam parte de uma formação de guerrilheiros que fora enviada a uma zona montanhosa, situada a sudoeste da cidade de Cáceres, para recuperar e conduzir para a área do governo de Madrid um numeroso grupo de refugiados que ali se tinha concentrado. Na sua retirada para a zona ocupada pelo governo de Madrid deveria dinamitar a linha de caminho de ferro que bifurcando-se na linha Madrid-Marvão-Lisboa em Arroyo de Malpartida segue para o sul de Espanha.

Quando já dinamitada a linha e se retiravam, foram localizados pelos fascistas, que contra eles enviaram forças muito poderosas. Fazendo frente à situação, parte da força guerrilheira ficou na retaguarda para fazer frente aos fascistas e assim possibilitar a retirada dos evacuados e do grosso da força dos guerrilheiros.

Os combatentes que entraram na Cadeia eram, pois, os sobreviventes do grupo que ficara para enfrentar os fascistas e que se rendera depois de esgotadas as munições e cumpridos os objectivos tácticos. Era constituído pelo comandante do grupo de guerrilheiros (capitão), pelo comissário político, este ferido numa perna, por um sargento e mais dois soldados.

Todos eles foram submetidos a interrogatórios e torturas em que se negaram a prestar quaisquer declarações que pudessem afectar os objectivos políticos ou militares. Connosco estiveram quarenta e oito horas. Foram levados a Tribunal Marcial e fuzilados.

Não é necessário dizer que estes fuzilamentos eram contrários às leis da guerra e portanto ilegais.

REPRESÁLIA E VINGANÇA

Na véspera de Natal de 1937, aí pelas seis da tarde, os carcereiros mandaram formar no pátio todos os presos. Estranhámos aquela ordem pois não era habitual uma formatura nessa hora. Logo pensámos que algo de extraordinário se iria passar, tanto mais que os carcereiros se mostravam reticentes perante as perguntas que alguns presos lhes faziam, quanto às razões daquela formatura.

Depois de toda a gente formada, entrou no pátio um funcionário superior da Cadeia, com uma lista, pela qual começou a fazer uma chamada. Os presos chamados iam formar junto à porta de saída.

Verificámos imediatamente que todos os presos chamados estavam condenados à morte, muitos deles recentemente, o que nos levou a admitir que aquela chamada não era destinada ao fuzilamento, não só nunca se fizeram naquela hora, como também num intervalo tão curto entre o julgamento na primeira instância e a execução da pena. Havia ainda a considerar que os presos chamados faziam parte de processos diferentes e não era hábito fazer fuzilamentos no mesmo dia de mais de um.

A maioria dos presos, no íntimo, admitiu que os companheiros chamados o tinham sido para lhes ser comunicado indulto ou coisa semelhante. E com tanta mais razão quanto as cartas dos familiares eram francamente optimistas quanto ao próximo final da guerra, chegando mesmo a dizer que tinham esperança de que fossem passar o Natal a casa.

Mas não! Terminada a leitura da lista e formados cerca de setenta presos junto da porta de saída, que eram todos os que estavam condenados à morte, mandaram os restantes entrar para as salas. E foi quando os carcereiros se preparavam para fechar as portas gradeadas que entrou no pátio uma força da Guarda Civil que começou a algemar os condenados à morte.

Apanhados de surpresa e compreendendo imediatamente que os levavam para o pelotão de fuzilamento, os presos começaram a gritar desconsoladamente. Foi um pandemónio. Cada um reagiu da sua maneira. Uns insultaram os carcereiros e os guardas civis chamando-lhes quanto lhes vinha à cabeça; outros chamavam pelo camarada amigo pedindo para transmitir à mulher, aos filhos, aos pais, as suas últimas vontades; ouviam-se morras a Franco, aos falangistas, vivas à República ou ao seu Partido. Tudo isto gritado a plenos pulmões para poder ser ouvido pelos companheiros que ficavam nas salas, dos quais muitos não tardariam em ter a mesma sorte.

Nós, os que estávamos já dentro das salas, que ouvíamos aqueles gritos desesperados de quem se apercebia de que a sua vida iria terminar dali a momentos, sem que lhe fosse dado tempo para se despedir e ditar as últimas vontades, começámos também a gritar e a insultar os carcereiros sem termos em conta o que nos poderia acontecer. E também demos vivas e morras e manifestámos a nossa indignação até nada mais ouvirmos, até que os presos algemados tivessem sido empurrados violentamente para dentro das camionetas que os iriam conduzir para a morte.

E tudo isto na véspera de Natal! Na noite de Natal! Dia como só em Espanha se comemora, dia em que crentes e ateus sentem a «Morte e o Nascimento do Menino», dia em que os presos condenados à morte esperavam «qualquer coisa», até mesmo passarem essa noite com os seus filhos, as suas mulheres, os seus pais, os seus amigos e camaradas. Noite de Natal de 1937! Noite trágica na Cadeia de Cáceres, noite como não houve outra!

Ainda hoje me interrogo que razões impediram aqueles assassinos sedentos de sangue de despejar os carregadores das metralhadoras para dentro das salas.

Soubemos uns dias depois, por presos chegados, que os motivos dessa autêntica carnificina, dessa medida de repressão feroz com um aparato que a população não deixaria de assinalar, era devida ao facto de terem descoberto e reprimido uma conspiração em Cáceres, cujo objectivo era a sublevação e a tomada do quartel.

Além do que se passou na Cadeia, na cidade, procederam a uma verdadeira razia nos comprometidos e não comprometidos. Falava-se então em mais de duas mil pessoas assassinadas e isto só na cidade. Dizia-se que a sublevação tinha ramificações noutras localidades da Província, onde, do mesmo modo, se fuzilara muita gente. Mas a mortandade entre os presos foi um crime, uma crueldade que não pode encontrar justificação, uma vez que se tratava de presos que seriam fuzilados dias depois. Nada podia justificar a antecipação da sua morte, que não fosse espírito de vingança e de represália.

EXEMPLO DO MEDO E DO TERROR

A situação de terror era tal que o exemplo que a seguir descrevo o demonstra com bastante clareza.

Certo dia do ano de 1938, numa altura em que estávamos formados, o director da Cadeia apareceu e depois de fazer uma pequena prelecção falou na troca de prisioneiros. Porém o efeito que obteve foi o de atemorizar mais ainda os presos em vez de facilitar o aparecimento de presos dispostos a ser trocados. Quem quisesse ser trocado por presos da zona republicana não tinha mais a fazer do que dar um passo em frente.

Pois bem, estávamos formados uns seiscentos presos, de que se excluía os condenados à morte, esperando pela decisão do Tribunal Superior por onde todos os processos tinham de passar. Estavam assim em condições de dar um passo em frente umas cinco centenas de presos. Mas quantos o fizeram? Cinco!

Não estariam todos interessados em dar o passo em frente? Não estariam interessados os que já estavam condenados em trinta anos de prisão? Não estariam interessados aqueles que esperavam julgamento e sabiam que iriam ser condenados à morte?

O medo tem muita força, destrói a personalidade dos mais fracos, de muitos que aparentemente são fortes. A força de que falo não é a força física, é a força moral. Por lá conheci homens «fortes» que tremiam como «varas verdes» quando foram condenados à morte, e outros que eram «fracos» que enfrentaram a morte como heróis.

É terrivelmente desgastante estar mês após mês, dias e dias esperando pelo último dia, um dia que em breve chegará, que está já marcado mas que só se conhecerá momentos antes de ser morto. Mesmo para aqueles que ainda não tinham sido «julgados», que tinham à sua frente alguns meses, ou até para aqueles que tendo sido julgados, mas que o poderiam ser de novo a todo o momento, devido a uma denúncia, a uma provocação, etc. Mesmo para estes a situação era desgastante, favorável à infiltração do medo que abria portas à cobardia.

Nestas condições, o medo alastra, apossa-se das pessoas, se estas não estiverem couraçadas com uma firme formação ideológica. Se, no seu conjunto, o ambiente dentro da Cadeia era muito bom, mesmo assim não impedia que se dessem falhas como estas que relatei. É preciso ter em conta que muitos presos já ali se encontravam desde os primeiros dias da Guerra Civil ou há muitos meses. Tinham visto sair para a morte os amigos mais chegados, outros que a um simples olhar logo se via que não eram «políticos», novos e velhos, doentes e saudáveis, sem discriminação, em sucessivas levadas para o pelotão de fuzilamento. Uma verdade os unia a todos; não eram falangistas, eram suas vítimas, vítimas da gente mais desclassificada, mais vil dos seus *pueblos*.

Não estariam interessados em sair daquele inferno? O medo tem muita força!

O director da Cadeia, esse, provavelmente, terá escrito no seu relatório: «Todos os presos estão com a Revolução, com Franco, com a Falange. Só uma ínfima minoria, cinco, quis trocar o território Nacional pelos dos *rojos*.»

Contudo, não foi um acto suicida darmos um passo em frente. Éramos comunistas e os carcereiros fascistas bem o sabiam. Éramos presos que não nos deixáramos dominar pelo medo e sabíamos analisar a situação concreta a cada momento. Sabíamos que o facto de, em formatura, pedirem voluntários para serem *cambiados* por presos fascistas em poder das forças republicanas, era um acto demagógico dos franquistas para «provar» que não havia quem quisesse ser «trocado». Sabíamos que se os fascistas o tivessem podido fazer já teríamos sido fuzilados e há muito, sabíamos que certos condicionalismos se tinham conjugado para nos salvar a vida.

Será necessário dizer que não chegou a haver *cambio*? Tudo aquilo foi comédia para «inglês ver». Nem sequer nos chegaram a comunicar oficialmente que tudo ficara sem efeito. Em resposta a perguntas pessoais disseram-nos que os *rojos* tinham feito fracassar as negociações.

* * *

Cheguei ao fim destas ligeiras notas sem pressões. Nunca fui escritor e a caneta sempre me «pesou» arrobos. Poderia dizer muito mais, mas julgo ter dado uma visão do que foi a vida na Cadeia de Cáceres durante a Guerra Civil de Espanha, o que não foi diferente do que passava pelas outras prisões.

Não sei se algum dos meus ex-companheiros de prisão escreveram alguma coisa sobre o assunto. Se o não fizeram, aqui fica o meu testemunho a marcar presença.

Se algum desses meus ex-companheiros vier a ler-me, desde já me desculpe de alguma imprecisão, do esquecimento de algum facto digno de menção. Passados quase quarenta anos sobre os acontecimentos a que me refiro, sem me ter sido possível tirar notas, só me sendo possível recorrer à memória, esta manifestou-se com o que mais profundamente a impressionou, e nela se gravou para sempre.

Mas não quero acabar sem me referir ao camarada Pires Jorge que comigo foi preso e condenado e na minha companhia esteve durante um ano e passou igualmente por muitos dos acidentes e incidentes desta «jornada».

Um dia um dos carcereiros chamou-o:

— O cidadão português Pires Jorge que prepare as suas coisas para abandonar a prisão.

Logo pensámos que ia para *el paseo*, como tantos outros, e assim nos despedimos supondo ser aquela a última vez que nos víamos.

Mas depois da sua saída e pensando melhor e discutindo o caso com outros camaradas chegámos à conclusão de que não devia ter saído para ser fuzilado. Nesse sentido, escrevi para Lisboa, para sua mãe, contando-lhe como se dera a sua saída e aconselhando-a a que fosse à P.V.D.E. para exigir visita e poder vê-lo e, caso não se encontrasse em Portugal, que lutasse pela salvação da sua vida.

Felizmente para o nosso Povo, a vida do Camarada foi salva o que permitiu o seu valioso contributo ao nosso Partido e à libertação do nosso País.

Acontecera que a P.V.D.E. sabendo que ele se encontrava em Espanha, pedira a sua extradição para Portugal onde o mantiveram preso até Junho de 1940.

Quanto a mim, como a P.V.D.E. desconhecia que me encontrasse em Espanha, continuei em Cáceres até Novembro de 1938. Fui por fim expulso de Espanha e entregue à P.V.D.E. quando terminei a pena a que fora condenado.